

ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA DÍVIDA PÚBLICA DO BRASIL NAS DESPESAS DO GOVERNO, NO PERÍODO DE 1999 A 2013

Gustavo Henrique Leite de Castro

Mestrando em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná
(Uenp) e em Contabilidade (curso técnico) pelo Centro Paula Souza.
E-mail: castro.guh@gmail.com

Luan Vinícius Bernardelli

Mestrando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).
Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Norte
do Paraná (Uenp).
E-mail: luanviniciusbernadelli@gmail.com

Fernando Antônio Sorgi

Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná
(UFPR). Especialista em Gestão de Pessoas e *Marketing* pela Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras (Faficop). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade
de Marília (Unimar). Professor e diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade Estadual do Norte do Paraná (CCSA-Uenp).
E-mail: fernandosorgi@uenp.edu.br

Resumo

Por meio de dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), foi realizada uma análise da dívida pública brasileira de 1999 a 2013, em que se relacionaram questões de endividamento público, gastos com a dívida e taxa de juros paga pelo governo, de modo a realizar um comparativo com outros países do Brics. Visualizou-se a alteração do portfólio da dívida, dando prioridade ao endividamento interno, e buscou-se demonstrar os pontos positivos e negativos desta. Foram ressaltadas ainda características peculiares que levaram o Brasil a possuir uma das dívidas mais caras do mundo. Por fim, foi realizada uma análise econométrica, por meio de uma regressão múltipla, em que se utilizou método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) que evidenciará a relação existente entre as despesas e receitas totais do governo e a dívida líquida total.

Palavras-chave: Dívida bruta; Dívida externa; Dívida interna.

1 INTRODUÇÃO

A dívida pública federal (DPF) é adquirida pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário da União. De acordo com Brasil (2014c), o refinanciamento da dívida adquirida inclui-se em períodos anteriores, bem como para realizar operações com finalidades específicas definidas em lei. A DPF pode ser classificada de várias formas, sendo as principais: 1. quanto à forma empregada para o endividamento (mobiliária e contratual); e 2. quanto à moeda (interna e externa). O objetivo do presente artigo é analisar a dívida pública brasileira entre o período de 1999 a 2013, bem como o seu impacto na despesa do governo.

Em relação à forma, o endividamento pode ocorrer por meio da emissão de títulos públicos, denominada dívida mobiliária. De acordo com o Tesouro Nacional (BRASIL, 2014c), os títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa, emitidos pelo governo federal via oferta pública (leilão) ou diretamente ao detentor. Já pela assinatura de contratos, denominada dívida contratual, estes são usualmente firmados com corporações multilaterais – como Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, agências governamentais e bancos privados. No que diz respeito à moeda, na qual ocorrem seus fluxos de recebimento e pagamento, a DPF pode ser dividida como: 1. interna, quando ocorrem os recebimento e pagamentos

efetuados em moeda corrente em circulação no país, no caso do Brasil, o real; e 2. externa, quando os fluxos financeiros são efetuados em moeda estrangeira, geralmente em dólar norte-americano.

De acordo com o artigo 52, VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Segundo Silva, Carvalho e Medeiros (2009), toda a DPF interna em circulação no mercado brasileiro é captada por meio da emissão de títulos públicos e quitada em real, sendo por essa razão definida como dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi). Já a DPF externa existente no mercado internacional é paga em moeda estrangeira e captada tanto por meio da emissão de títulos quanto por contratos, sendo, por esse motivo, denominada dívida pública federal externa (DPFe).

2

METODOLOGIA DE PESQUISA EMPREGADA NESTE ESTUDO

Para a tratativa dos dados, utilizou-se uma análise de cunho quantitativo com apoio teórico sobre a dívida pública do Brasil a partir de informações que relacionam a dívida líquida nominal do setor público, adicionado à dívida líquida do Banco Central de 1999 a 2013. Desenvolveu-se um modelo de regressão que elenca a temática das despesas do governo. O objetivo da regressão é avaliar qual é o impacto da dívida do setor público nas despesas do governo, relacionando também com suas receitas. As duas variáveis explicativas (metodológicas de cálculo econométrico) utilizadas foram a receita total e a dívida líquida do governo federal. Dessa forma, o modelo obtido pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) será:

$$\hat{Y} = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + u$$

em que \hat{Y} representa as despesas do governo;

X_s são as variáveis explicativas;
 β_s , os parâmetros; e
 u , o resíduo.

A primeira variável explicativa é a receita total do governo central, que é o valor total arrecadado pelo governo. A segunda variável evidencia o endividamento do governo, em que se busca verificar qual é a reação do endividamento público nos gastos do governo. De acordo com Mankiw (2010), quando um determinado governo gasta mais do que arrecada, ele incorre em um déficit orçamentário, que é financiado mediante a acumulação de empréstimos passados correspondentes ao endividamento do governo, ou seja, à dívida pública. Portanto, esse modelo busca desvendar a relação existente entre gasto do governo com arrecadação e endividamento público.

3 DÍVIDA BRUTA

Nos campos político e econômico, existe um conflito entre qual indicador de endividamento é melhor para analisar a sustentabilidade fiscal de uma macroeconomia. Dessa forma, é notório que se compreenda uma série de questões conceituais e metodológicas envolvendo o cálculo da variável e, particularmente, o relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil (Bacen). De acordo com Gobetti e Schettini (2010), como a dívida bruta calculada pelo Bacen para efeitos de análises internacionais é do governo geral, excluem-se todas as estatais e o próprio Bacen, ou seja, trata-se de um indicador que contabiliza somente os passivos e aqueles sob as responsabilidades dos governos federal, estaduais e municipais. No Brasil, os títulos públicos emitidos para fins de política monetária são integrados no cálculo. Sua definição de acordo com *site* do Bacen (BRASIL, 2014b) se situa da seguinte forma:

Abrange o total dos débitos de responsabilidade do governo federal e dos governos estaduais e municipais junto ao setor privado, ao setor público financeiro e ao resto do mundo. São incluídas também as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central com títulos públicos. Os débitos de responsabilidade das empresas estatais das três esferas de governo não são abrangidos pelo conceito.

Existem duas séries da dívida bruta do governo geral (DBGG) divulgadas pelo Bacen. Segundo Gobetti e Schettini (2010), a primeira e mais antiga metodologia que segue os padrões internacionais considera como dívida bruta todos os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, inclusive aqueles que ficaram parados na carteira do Bacen, ou seja, que não foram utilizados na administração da política monetária. A segunda metodologia, introduzida em 2008, considera, nos cálculos, apenas os títulos do Tesouro que legitimamente lastreiam as operações compromissadas, ou seja, não considera os títulos para fins de políticas econômicas do Bacen, o que permite uma melhor análise temporal da DBGG. Até o ano de 2000, o Bacen era responsável por emitir os títulos utilizados para os fins de política monetária. Com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)¹, retirou-se esse direito e estipulou-se um prazo de dois anos, a partir de maio de 2000, para que houvesse o saneamento desses títulos.

Ainda de acordo com Gobetti e Schettini (2010), essa controvérsia entre as metodologias utilizadas depende de como é feita a análise. Partindo do conceito contábil, a soma de todos os títulos compõe a DBGG, já, no conceito econômico, a migração dos títulos utilizados para política monetária da carteira do Bacen para a do Tesouro Nacional não pode ser vista como aumento do endividamento público.

4

DÍVIDA LÍQUIDA

É importante ressaltar que existem duas séries para a análise da dívida líquida: dívida líquida do setor público (DLSP) e dívida líquida do governo geral (DLGG). Os outros conceitos sobre dívida líquida derivam desses principais.

A DLSP, de acordo com Gobetti e Schettini (2010, p. 9), envolve a unificação dos passivos e ativos financeiros de todo o setor público não financeiro por definição, que compreende a administração direta, fundações do governo federal, estaduais, municipais e autarquias, além do Bacen e das estatais do setor produtivo (exceto a Petrobras desde maio de 2009). Sua definição de acordo com *site* do Bacen (BRASIL, 2014b) está da seguinte forma:

1 A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000) estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (Estados e municípios) brasileiro (BRASIL, 2104f).

Balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não financeiro (exceto a Petrobras e a Eletrobras) e do Banco Central. A DLSP é usada como base para o cálculo das necessidades de financiamento do setor público (metodologia “abaixo da linha”).

Por referir-se a um balanço do setor público não financeiro em relação aos agentes privados e aos agentes públicos financeiros, trata-se de um conceito mais amplo de dívida, pois inclui os governos federal, estaduais e municipais, o Bacen, a Previdência Social e as empresas estatais.

A DLGG, de acordo com o relatório de indicadores fiscais do Bacen de maio de 2014, é o balanço geral entre o total de débitos e créditos dos governos federal, estaduais e municipais. A diferença entre os conceitos (dívida bruta e dívida líquida) é dada pelos créditos do governo geral, pelo saldo dos títulos livres na carteira do Bacen e pelo saldo de equalização cambial (resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais).

5 DÍVIDA INTERNA

De acordo com o Senado Federal (BRASIL, 2014d)², a dívida interna se dará onde for a residência do credor; se o credor for residente no país, a operação será considerada interna.

A dívida pública interna possui três origens principais, de acordo com Peireira (2000):

- Financiamento de novos gastos públicos em bens e serviços, em qualquer nível de governo ou entidade pública.
- Os gastos com juros sobre as dívidas contraídas no período anterior e o seu refinanciamento.
- No caso do governo central, a política monetária e cambial.

2 Artigo 3º da Resolução n. 43/2001 da Secretaria da Fazenda (BRASIL, 2014d).

Para o financiamento dos gastos públicos em bens e serviços, tais como novas obras, despesas com educação, transporte, tecnologias, entre outros, segundo Vasconcellos e Garcia (2012), o governo utiliza-se de recursos extra-fiscais, como a emissão de moeda e de títulos da dívida pública ao setor privado, para cobrir essas eventuais despesas decorrentes desses programas e projetos. Outras origens, no caso de instrumentos de políticas monetárias, sejam em função dos objetivos da política econômica, tanto na contração ou expansão dos meios de pagamento, são utilizadas, as emissões de moeda manual e as operações como a de mercado aberto (*open market*), que consistem na compra e venda de títulos públicos ou obrigações pelo governo. Utiliza-se a taxa de juros como indexador, uma maneira de atrair investidores, pois é por meio dessa taxa que eles são remunerados.

Sobre o caso brasileiro da década de 1990, Pereira (2000) afirma que o crescimento da dívida interna se deu principalmente porque, com o real sobrevalorizado, a economia brasileira começou a ter grandes déficits na sua balança comercial e principalmente nos saldos das transações correntes com as outras economias, que somam também os juros, os serviços e as remessas de lucros para o exterior. Para equilibrar as contas, o país tinha que atrair capitais externos de curto prazo e oferecer taxas de juros altíssimas. A entrada desses capitais contribuía para a valorização adicional do real perante o dólar.

Sant'Ana (1996), cujo estudo propõe um novo tratamento para a DPF, especialmente no que corresponde ao seu refinanciamento, descreve que o processo de refinanciamento, conceitualmente, significa tornar a financiar (prover dispêndio). Para o autor, a DPF passa a ser denominada rolagem da dívida ou substituição da parcela correspondente dos títulos vencidos por novos títulos, não caracterizando amortização, apenas a troca dos títulos. Nesse caso, utilizam-se os prazos para resgate e o orçamento público como ferramentas para o refinanciamento.

6

DÍVIDA EXTERNA

Compete ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, V, da Constituição Federal, autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Se o credor se

situar em outro país, será considerada dívida externa³. Corrobora esse conceito a afirmação do Bacen (BRASIL, 2014a):

A dívida externa compreende o total apurado em determinada data dos débitos contratuais efetivamente desembolsados e ainda não quitados, devidos por residentes de uma economia aos não residentes, onde haja a obrigatoriedade de pagamento de principal e/ou juros em algum(s) ponto(s) no futuro.

Para Paulani (2007), no balanço de pagamentos, na conta empréstimos e financiamentos, configuram-se os empréstimos contraídos no exterior e todos os financiamentos externos obtidos por residentes. São exemplos: 1. financiamento em dólares por empresas; 2. importação financiada de longo prazo; e 3. obtenção de empréstimos e financiamentos por outros países. Neste último caso, os países mais dependentes de capital externo representam uma fonte importante de divisas, ou seja, uma forma não desprezível de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, porém, a autora orienta que são muito vulneráveis as economias que fazem uso intensivo desse mecanismo, além de tentarem manter continuamente um ambiente macroeconômico “favorável” para a captação desses capitais.

Vasconcellos e Garcia (2012) fundamentam que as políticas cambiais e monetárias afetam diretamente o fechamento do balanço de pagamentos e utilizam como contrapartida para corrigir os desequilíbrios dos mecanismos de financiamento e ajustamento, os quais são realizados por meio da conta empréstimo de regularização, que é uma das fontes de divisas que entram no País em função de acordos efetuados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (PAULANI, 2007). O país que deseja obter esse tipo de recurso tem de se submeter a uma série de exigências impostas pelos organismos internacionais, dos quais o FMI é o mais importante; há outros como o Bank for International Settlements (BIS) e o Clube de Paris.

3 Artigo 3º da Resolução n. 43/2001 da Secretaria da Fazenda (BRASIL, 2014d).

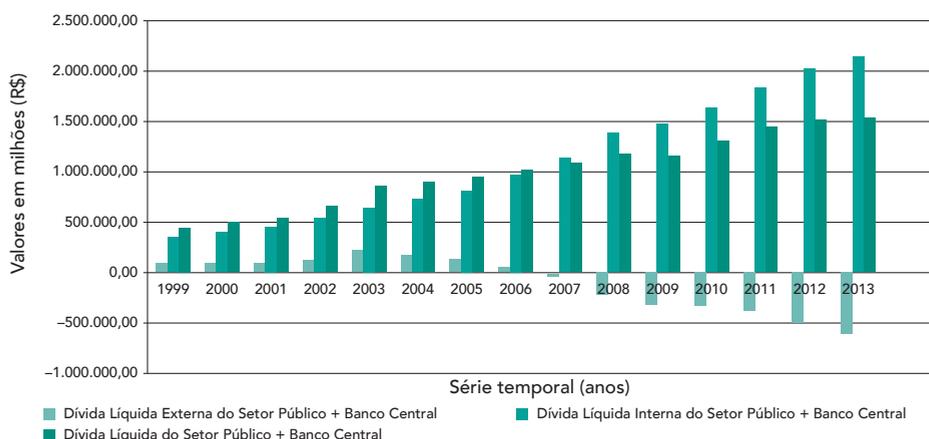
7

ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA

As divergências existentes entre as linhas de pensamento econômico possibilitam discussões fundamentadas no que se refere a todo conceito de dívida pública. Entretanto, o problema central em discussão retrata a questão do limite de endividamento. Existe um limite aceitável? Se sim, qual é esse limite? De acordo com Mankiw (2010, p. 359), o debate em torno do montante apropriado para o endividamento dos governos é tão antigo quanto os próprios países. Não resta dúvida de que o valor referente ao endividamento dos países varia de acordo com seus objetivos, suas políticas econômicas e o custo pelo capital envolvido. O Brasil possui mecanismos de controle de endividamento que obriga o governo federal a zelar pelo bem-estar do país. De acordo com Passos e Castro (2011, p. 8), “A estrutura orçamentária vigente, ao mesmo tempo em que impõe à Dívida Pública Federal (DPF) regras e limite de endividamento, propicia que o orçamento dessa dívida seja flexível o suficiente para não impor obstáculos nem riscos à gestão da dívida pública”. Assim, para evidenciar esse comportamento, o Gráfico 1 retrata o comportamento da DPF do Brasil adicionado ao endividamento do Bacen de 1999 a 2013.

Gráfico 1

Portfólio da dívida líquida pública do Brasil – de 1999 a 2013

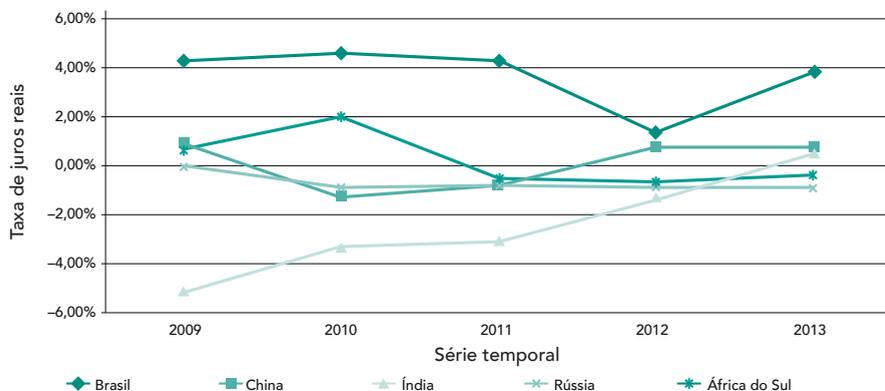


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Bacen (BRASIL, 2014a).

No Gráfico 1, pode-se visualizar o comportamento do portfólio de financiamento do Brasil de 1999 a 2013. Nota-se um aumento de 244,44% na dívida líquida pública do setor público com o Bacen no período analisado, e isso nos remete diretamente a um aumento no pagamento de juros, pois, de acordo com Lopes e Vasconcellos (2011, p. 360), “Quanto maior for o estoque da dívida, maior será o gasto com juros”. Esse aumento é mais expressivo ainda quando se considera que o período analisado foi de estabilidade econômica e paz. Mankiw (2010) afirma que, historicamente, a principal causa para crescimentos no endividamento dos governos é a guerra, e muitos economistas acreditam que esse padrão histórico é a maneira apropriada de administrar a política fiscal. É possível também observar uma alteração expressiva no portfólio da dívida, dando preferência ao endividamento interno: a participação da dívida interna na dívida total passou de 79,80% em 1999 para 139,70% em 2013. Como foi demonstrado anteriormente, essa medida possui pontos positivos e negativos. Um dos pontos negativos de maior relevância refere-se às altas taxas de juros pagas pelo capital interno. Segundo Sorima Neto (2014), “Mesmo com a manutenção da Selic em 11% ao ano, o Brasil se mantém como o país que tem a maior taxa de juro real entre quarenta pesquisados”. Por utilizar como mecanismo de redução de inflação a taxa básica de juros e esta remunerar grande parte do endividamento interno, o Brasil se estabiliza em uma espécie de círculo vicioso. De acordo com Conceição e Rodrigues (2014), o diretor do Bacen afirmou durante apresentação do Boletim Regional do Bacen, em 13 de fevereiro de 2014, que a taxa Selic vem sendo aumentada, e é esse instrumento de que o Bacen dispõe para lidar com a questão inflacionária. Isso tudo remete o país a uma situação extremamente desfavorável, a fim de elucidar com maior clareza a situação indicada. O Gráfico 2 relaciona a taxa real de juros paga pelo Brasil em comparativo com os outros países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Embora existam diversas particularidades envolvidas no pagamento das taxas de juros, acreditamos ser interessante realizar esse comparativo em virtude de ser uma relevante explicação para o aumento da dívida pública.

Gráfico 2

Taxa básica de juros reais dos países do Brics – de 2009 a 2013



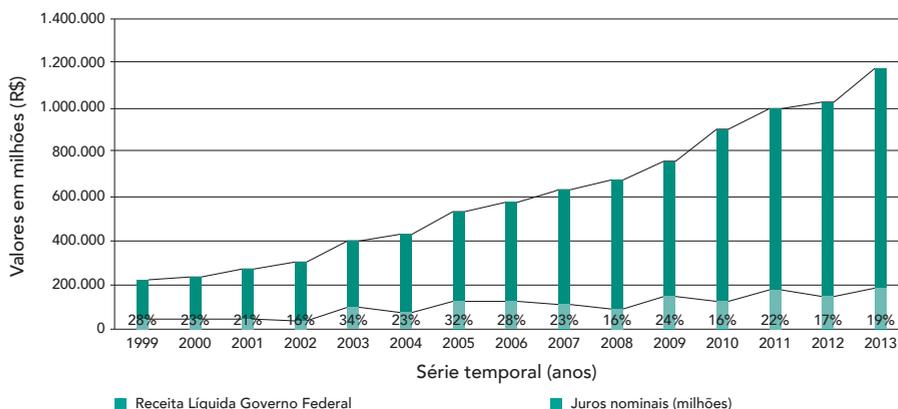
Fonte: Fundo Monetário Internacional (2014).

De acordo com Lopes e Vasconcellos (2011, p. 86): “Taxa de real de juros é o retorno em termos de poder de compra de uma aplicação, ou seja, corresponde à diferença entre taxa nominal e variação no poder aquisitivo”. Como mostra o Gráfico 2, o Brasil apresentou taxa de juros real superior aos demais países do Brics. Além disso, observa-se, no Gráfico 2, um aumento contínuo desde 2012 que pode ser explicado pelas políticas monetárias restritivas adotadas pelo governo a fim de reduzir os níveis inflacionários.

Assim sendo, com essa anomalia encontrada entre as políticas governamentais, tem-se uma dificuldade na manutenção das contas públicas. O governo federal, como qualquer outra instituição, rege suas contas com base em um orçamento, que deve ser previamente aprovado via Congresso, atribuindo obrigatoriamente a serem atendidas. Para Passos e Castro (2011), o orçamento público é um instrumento que reflete a estratégia de alocação das despesas do governo, bem como as expectativas de receitas que permitirão seu atendimento. Dessa forma, tanto a estratégia de alocação como as expectativas de receitas devem estar alinhadas ao planejamento em cada exercício financeiro. Nesse sentido, fica evidente que é de extrema importância mensurar a participação do pagamento dos juros da dívida no orçamento público. Essa relação demonstra com clareza qual é a dimensão do impacto do pagamento dos juros nas contas do governo. O Gráfico 3 representa a situação do Brasil no período analisado.

Gráfico 3

Juros pagos: governo federal versus orçamento público – de 1999 a 2013



Fonte: Tesouro Nacional (BRASIL, 2014a).

Como observado no Gráfico 3, houve um aumento de 279,21% do montante de juros pagos pelo governo federal no período analisado, passando de R\$ 49.008.000,00 em 1999 para R\$ 1.850.846.000,00 em 2013. Entretanto, quando se relaciona com o aumento do orçamento público, nota-se uma redução expressiva na participação do pagamento dos juros, com valores registrados de 28% em 1999 e picos de 34% e 32% em 2003 e 2005, reduzindo em 2013 para 19%. O aumento do orçamento público pode ser explicado por inúmeros fatores, sendo o de maior relevância o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) que passou de R\$ 1.064.999.000,00 em 1999 para R\$ 4.844.815.100,00.

8

O COMPORTAMENTO DOS GASTOS DO GOVERNO

Para a análise do comportamento dos gastos do governo, utilizou-se um modelo econométrico de regressão múltipla que, por meio do método dos MQO, evidenciará a relação existente entre as despesas e as receitas totais do

governo e a dívida líquida total. O valor do R^2 encontrado no modelo de regressão foi de 0,9579, o que representa um alto grau de confiabilidade, e ainda é possível afirmar com 95,79% de confiança que as variáveis explicativas respondem pela variável dependente. Quando se relacionou o comportamento da despesa total à dívida líquida e à receita total, foi encontrada uma relação positiva em ambas as variáveis, pois quanto maiores forem a dívida líquida e a receita total do governo, maiores serão as despesas. Por meio dos coeficientes encontrados, foi possível verificar que, na variável receita total, a cada R\$ 1,00 de aumento na receita total do governo federal, há, em média, um aumento de R\$ 0,66 no gasto público do governo. Já quando elencada a variável dívida líquida pública, foi encontrada uma relação positiva, mas com impacto pouco significativo. A cada R\$ 1,00 de aumento na dívida pública, tem-se um aumento nas despesas do governo de apenas R\$ 0,0000219. Diante disso, fica evidente que o endividamento público do Brasil possui baixa relação com o aumento dos gastos do governo. A única explicação para o seu crescimento está na manutenção dos pagamentos das altas taxas de juros, que, conforme foi verificado, encontra-se em uma situação de aumento vertiginoso.

9

CONCLUSÃO

O objetivo do presente artigo foi proporcionar breves pontos de análise sobre a dívida pública brasileira, partindo dos conceitos da dívida bruta e dívida líquida e das análises e dos diferenciais das dívidas internas e externas, elencando estudos bibliográficos e os relacionando com dados macroeconômicos do Brasil de 1999 a 2013. Por meio disso, foi possível elucidar as condições da dívida pública do Brasil no período analisado.

Evidenciou-se um aumento de aproximadamente 244,44% no endividamento líquido do setor público adicionado ao Bacen no período de 1999 a 2013. Verificou-se também que o país optou por uma mudança expressiva no portfólio da dívida, dando preferência ao endividamento interno, passando de 79,80% em 1999 para 139,70% em 2013, sendo mais ascendente a partir dos anos de 2007, quando houve também o primeiro saldo positivo do período analisado em relação à dívida líquida externa do setor público mais o Bacen.

Uma das razões identificadas para ocorrência do aumento do endividamento foi que a remuneração da maioria dos títulos públicos internos está atrelada à taxa Selic, que é um instrumento muito utilizado como política monetária em

prol da manutenção de baixos níveis inflacionários. Constatou-se ainda que o Brasil possui a maior taxa real de juros entre os países componentes do Brics, aproximadamente 4% em média, o que remete diretamente o país a um maior dispêndio no orçamento público. Com isso, observou-se que ocorreu um aumento de aproximadamente 279,21% no montante de juros pagos pelo governo federal, passando de R\$ 49.008.000,00 em 1999 para R\$ 1.850.846.000,00 em 2013. Entretanto, nota-se um aumento do orçamento público, e um dos fatores mais relevantes para esse aumento foi o aumento do PIB que passou de R\$ 1.064.999.000,00 em 1999 para R\$ 4.844.815.100,00 em 2013. Por meio do modelo de regressão utilizado, verificou-se o impacto da dívida pública das receitas nas despesas do governo. Constatou-se que ambas as variáveis possuem uma relação positiva nas despesas do governo, contudo, encontrou-se, na dívida pública, uma ínfima participação. Assim sendo, conclui-se que o endividamento público não é explicado pelo aumento dos gastos do governo e sim pela condução das políticas macroeconômicas adotadas pelo governo que priorizam a manutenção de altos índices de taxa de juros, remetendo o Brasil à posição de um dos países com endividamento público mais caro do mundo.

Nesse sentido, o vigente artigo proporciona ao leitor condições de visualizar uma abordagem objetiva sobre as despesas do governo em relação às suas receitas e ao seu endividamento público, e esclarece o impacto existente de ambas as variáveis. Por fim, estabelece uma proposta de realização de novas pesquisas com o intuito de aprimorar o entendimento sobre o tema proposto, sendo possível a realização de análises que abranjam períodos temporais com vistas à observação empírica e dedutiva da teoria abordada. Outra vertente que se pretende aprimorar é referente ao objetivo do endividamento do governo, buscando incorporar a importância do endividamento no processo de crescimento e desenvolvimento.

THE ANALYSIS ABOUT THE IMPACT OF BRAZIL PUBLIC DEBT IN THE GOVERNMENT EXPENSES IN THE PERIOD FROM 1999 TO 2013

Abstract

Through data released by the Central Bank of Brazil (BCB) and the International Monetary Fund (IMF) was performed an analysis of the Brazilian public debt

the years 1999 to 2013 relating public debt issues, spending on debt and the interest rate paid by the government, making a comparison with other Brics countries. We could see the change in the debt portfolio, giving priority to domestic borrowing and sought to demonstrate the strengths and weaknesses of this. Were also highlighted peculiar characteristics that led Brazil to have one of the most expensive debt in the world. Finally, an econometric analysis was carried out through a multiple regression, using the method of ordinary least squares (OLS) that will show the relationship between expenditure and total government revenue and total net debt.

Keywords: Gross debt; External debt; Domestic debt.

Referências

BRASIL. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub>>. Acesso em: 18 nov. 2014a.

BRASIL. Banco Central do Brasil. *Dívida líquida e necessidade de financiamento do setor público*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/finpub/cap5p.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014b.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/oque-e-a-divida-publica-federal>>. Acesso em: 15 out. 2014c.

BRASIL. Senado Federal. Resolução n. 43/2001. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=242474&norma=234195>>. Acesso em: 15 out. 2014d.

BRASIL. Banco Central do Brasil. *Manual de estatísticas fiscais publicadas pelo departamento econômico do Banco Central do Brasil*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/Estatisticasfiscais.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014e.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acesso em: 15 out. 2014f.

CONCEIÇÃO, A.; RODRIGUES, L. BC: autoridade monetária usa a Selic para combater alta dos preços. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3429644/bc-autoridade-moneteria-usa-selic-para-combater-alta-dos-precos>>. Acesso em: 8 maio 2016.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/data.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

GOBETTI, S. W.; SCHETTINI, B. P. *Dívida líquida e dívida bruta: uma abordagem integrada para analisar a trajetória e o custo do endividamento brasileiro*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVPremio/divida/1afdpXV_PTN/Tema_1_1.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2014.

LOPES, L. M. *Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. *Manual de macroeconomia*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MANKIWI, N. G. *Macroeconomia*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

PASSOS, A. P. F.; CASTRO, P. S. C. *O orçamento e a dívida pública federal*. 2011. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/Parte%202_4.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

PAULANI, L. M. *A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, F. *O Plano Real e o crescimento da dívida no Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo)–Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2000.

SANT'ANA, W. L. *Orçamento da dívida pública: um novo enfoque*. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 1996. (19 p.)

SILVA, A. C.; CARVALHO, L. O.; MEDEIROS, O. L. (Org.). *Dívida pública: a experiência brasileira*. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Mundial, 2009.

SORIMA NETO, J. *Brasil continua com a maior taxa de juros reais do mundo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-continua-com-maior-taxa-de-juros-reais-do-mundo-13822251>>. Acesso em: 26 out. 2014.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. *Fundamentos de economia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.